



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008551-15.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento**
 Requerente: **RUTH JORGE AZEVEDO**
 Requerido: **JACIRA DE SOUZA AVELINO**

Prioridade Idoso

Vistos.

RUTH JORGE AZEVEDO pediu o despejo de **JACIRA DE SOUZA AVELINO** do imóvel locado, situado na Rua Conselheiro Soares Brandão, nº 201, Vila Pureza, nesta cidade, haja vista a falta de pagamento dos aluguéis e encargos de locação. Pediu também a condenação da locatária ao pagamento do débito.

Citada, a ré contestou o pedido, alegando que realmente firmou contrato de locação do imóvel e que desde o início do ano de 2013 encontra-se desempregada, motivo pelo qual os aluguéis e os encargos da locação estão com o pagamento em atraso. Informou que além dela, residem no imóvel, dois filhos e uma neta, todos menores de idade. Pediu a improcedência da ação.

É o relatório.
Fundamento e decido.

Consoante certidão lavrada nos autos, é intempestiva a contestação (fls. 40).

Inegável a existência de relação locatícia e a impontualidade da locatária no pagamento dos encargos respectivos.

A consequência é o acolhimento do pleito.

As dificuldades financeiras da locatária sensibilizam este juízo mas não afetam o contrato nem excluem as consequências da mora contratual.

Isto posto, **acolho os pedidos** e decreto o despejo da locatária, do prédio locado, situado na Rua Conselheiro Soares Brandão, nº 201, Vila Pureza, nesta cidade, com o prazo de quinze dias para desocupação voluntária.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ao mesmo tempom, condeno a ré, **JACIRA DE SOUZA AVELINO**, a pagar à autora, **RUTH JORGE AZEVEDO**, o valor correspondente aos aluguéis e encargos identificados na petição inicial, além daqueles que se vencerem até a data da efetiva desocupação do imóvel, com correção monetária, juros moratórios, custas processuais e honorários advocatícios do patrono da autora, fixados em 10% do valor da condenação. 1.060/A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P. R. I. C.

São Carlos, 12 de novembro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**